

Rede municipal do Rio vai parar no dia 12 de julho

Os profissionais das escolas municipais do Rio de Janeiro vão parar no dia 12 de julho (terça-feira) para dar continuidade ao movimento de mobilização da categoria em luta por reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Neste dia, haverá uma assembleia, a partir das 10h, no auditório do Instituto de Educação (Rua Mariz e Barros 273 - Praça da Bandeira), a partir das 10h.

Após a assembleia, na parte da tarde, ocorrerá ato público na porta da prefeitura, em conjunto com as demais categorias do funcionalismo municipal contra as últimas medidas da prefeitura, que atacou direitos dos aposentados, cortando o salário família e pensões. Nesse ato, o Sepe apresentará a proposta de unificação para o MUDSPM (Movimento Unificado dos Servidores Públicos Municipais).

Em um momento em que a mobilização nas escolas aumenta e a participação da categoria nas assembleias e atos avança, os profissionais da rede municipal devem ficar atentos para lutar contra a possibilidade de ataques do prefeito Eduardo Paes, como os ocorridos contra os aposentados e pensionistas que tiveram cortados o salário família e pensões. Não podemos deixar que, passados os jogos olímpicos, que consumiram bilhões de reais da prefeitura e dos governos federal e estadual, o prefeito alegue uma “suposta” crise econômica para cortar nossos direitos e benefícios, como ocorre atualmente com

os servidores estaduais, quando o governo do estado atrasa ou parcela salários e anuncia ataques contra conquistas das categorias do funcionalismo estadual.

Vereadores realizaram audiência pública sobre o PME

No dia 28/6, o Sepe participou da audiência pública sobre o Plano Municipal de Educação, na Câmara de Vereadores. A audiência tratou também das reivindicações de merendeiras e agentes de educação infantil sobre projetos de leis que tramitam no Legislativo Municipal - as galerias estavam lotadas com a presença dos profissionais da educação.

O ponto mais polêmico durante a audiência foi a defesa feita pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC) da inclusão no PME do Projeto de Lei “Escola Sem Partido”, do qual o próprio Bolsonaro é o autor (leia verso). Ele também defende a supressão no PME das menções relacionadas ao gênero, à diversidade e às etnias. Na audiência, o sindicato entregou a diversos vereadores propostas de emendas ao PME em construção. As falas dos diretores do sindicato também apresentaram as reivindicações aprovadas pelos profissionais da educação, tais como: a redução do quantitativo de educandos em turma; a autonomia pedagógica; o fim da meritocracia; a implantação imediata do 1/3 de atividade extraclasse; 30 horas para funcionários; a valorização do profissional da educação com um plano de carreira unificado, entre outros pontos.

Rede municipal fez nova paralisação no dia 16 de junho

No dia 16 de junho, Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública, quando foram realizadas manifestações em diversas cidades do país, a rede municipal do Rio fez uma nova paralisação de 24 horas. Neste dia, a categoria realizou uma assembleia na ABI. Depois da plenária, os profissionais seguiram em passeata até o Tribunal de Justiça e depois se dirigiram à Candelária, onde se uniram à manifestação da rede estadual e outras categorias da educação, que realizaram um ato em defesa da educação pública.

Profissionais protestaram contra a retirada de direitos dos aposentados

Profissionais da rede municipal, aposentados e a direção do Sepe participaram

do ato de protesto realizado na porta da prefeitura no dia 30 de junho. O ato, organizado pelo Movimento Unificado do Funcionalismo Municipal tinha por objetivo denunciar as últimas medidas da prefeitura, que atacou direitos dos aposentados, cortando o salário família e pensões.

Os cortes praticados na folha de pagamento pelo atual governo sem aviso prévio e sem a publicação do respectivo ato administrativo que o justificasse é uma arbitrariedade que atenta contra a natureza alimentar dos ganhos, a estabilidade financeira das famílias e constitui uma grave violação do estado democrático de direito no que tange aos direitos do trabalhador e o bem do serviço público desta cidade.

Abaixo-assinado contra o projeto Escola sem partido

O Sepe está divulgando um abaixo-assinado contra o PL “Escola sem Partido”. Procure nas regionais uma cópia do documento e ajude a divulgar – o documento também está no site **Petição Eletrônica**, com o nome **Contra o Projeto de Lei 867/2014 - Escolas sem partido**. Abaixo, o texto:

“O projeto de lei nº 867/2014 que está tramitando na Câmara de Vereadores do Rio, mais conhecido como “Escola sem partido”, representa um grande retrocesso na educação brasileira. Ele é uma contradição gritante com as concepções que marcam o pensamento educacional do Brasil, como as ideias de Paulo Freire. Segundo o art. 3º do PL, o professor “deverá abster-se de introduzir, em disciplina obrigatória, conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus pais”. Ou seja, a proposta questiona um princípio fundamental da cidadania e

da educação transformadora: um processo contínuo de crítica e de construção de opiniões que rejeitam, por si só, qualquer neutralidade. Além disso, o projeto fere direitos constitucionais fundamentais, como a liberdade de opinião e de expressão. Reforça as relações autoritárias na escola, estimulando práticas de delação e processos punitivos. O PL bane a diversidade do espaço escolar e consagra mecanismos de censura. Por isso, nós, ABAIXO ASSINADOS, repudiamos a aprovação do PL 867/2014, reivindicando que a Câmara dos Vereadores **NÃO APROVE ESTE PROJETO DE LEI.**”